

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL.**

9,0

SURDEZ : Educação Inclusiva

AUTORIA: Eliane Campos Zamborsky

elianoira3@hotmail.com

ORIENTADORA: Profa. Ma. Marina Silveira Lopes

ARIPUANÃ/2013

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL.**

SURDEZ: Educação Inclusiva

AUTORIA: Eliane Campos Zamborsky

ORIENTADORA: Profa. Ma. Marina Silveira Lopes

Trabalho apresentado como exigência parcial para
a obtenção do título de Pós Graduação em
Psicopedagogia com Ênfase na Inclusão

ARIPUANÃ/2012

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: PROFA. MA: MARINA SILVEIRA LOPES

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a minha família e a todas as pessoas que de um jeito direto ou indireto estiveram sempre ao meu lado.

Ao professor Daniel Inácio e a professora Virginia de Assis, o meu muito obrigado.

DEDICÁTORIA

Ao meu esposo Jenoir, que no decorrer de quatorze anos está ao meu lado, me apoiando em tudo.

Aos meus filhos, Bianca Thais e Matheus Henrique que são sem sombra de duvida a minha maior vitória, que sempre estiveram ao meu lado, com aquele carinho que só eles sabem me dar.

Aos meus pais, Maria e José por me darem a vida.

RESUMO

A Educação Inclusiva no Brasil enfrenta grandes dificuldades, seja na parte arquitetônica quanto na parte pedagógica das escolas. Mesmo tendo a legislação assegurado o direito a inclusão nos sistemas públicos de ensino, percebemos que os profissionais e a equipe escolar ainda não conseguiram “se encaixar” a esse novo paradigma. Vale ressaltar que a noção de escola inclusiva em nosso país, toma uma dimensão que vai além da inserção das pessoas com necessidades especiais, pois esses não são os únicos excluídos do processo educacional, temos que estar atentos ao que está acontecendo quando falamos em inclusão. Esse trabalho buscou levantar teorias que nos possibilitasse identificar e propor alternativas funcionais que permitam que tanto a escola como a sociedade esteja inserida no contexto da educação inclusiva como facilitadora do acesso a pessoas com algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Pessoas com surdes; Atendimento Educacional. Especializado.

SUMÁRIO

Introdução-----	08
Capitulo I: Inclusão: onde tudo começou-----	11
Capitulo II: Educação de surdos: percurso histórico-----	15
Aspectos Estruturais de Libras-----	18
O papel do Professor AEE-----	19
AEE- Atendimento Especializado para Pessoas com Surdes-----	22
Capitulo III METODOLOGIA-----	24
Análise e discussão dos resultados-----	25
Conclusão -----	30
Referências.....	32
ANEXOS-----	34

INTRODUÇÃO

As pessoas que nasciam surdas não poderiam ser educadas, por serem comparadas aos idiotas, absolutamente incapazes para prática da vida acadêmica. Dessa forma os surdos foram excluídos da sociedade “sem voz e nem vez” por não terem como se defender, pois não possuíam uma língua reconhecida e respeitada que proporcionasse e valorização de sua comunicação e expressão.

Na Espanha a partir do século XVI, com a influência da ciência e da tecnologia, inicia-se a educação para pessoas surdas. Em 1920 Bonet publica o primeiro livro sobre educação de surdos.

A primeira escola para surdos foi criada em 1756, por Abbé de L’Epeé em Paris, com uma filosofia manualista e oralista, essa foi a primeira vez na história que os surdos adquiriram o direito a uma língua própria.

Aproximadamente por cem anos predominou o então, chamado império oralista, e foi em 1971 no congresso Mundial de surdos em Paris, que a Língua de Sinais passou a ser valorizada, mesmo que por outro lado tenha sido vista como prejudicial aos surdos.

Várias tendências surgiram algumas apontando por vezes contraditórias quanto à melhor forma de educar o surdo. A partir das pesquisas de Danielle Bouvet (1981) houve uma mudança no processo educacional do surdo, onde o bilingüismo passou a ser utilizado e respeitado até os dias atuais, como sua língua materna, valorizando assim a sua cultura e forma de comunicação.

Esse trabalho tem como inicial a constatação das dificuldades que enfrenta grande parte da população surda na vida social no mundo dos ouvintes e defende a necessidade de começar as ações preventivas contra essas dificuldades.

Primeiramente ressaltamos que a população surda não é homogênea, mas apresenta uma grande diversidade dependendo de diferentes variáveis, entre as quais podemos citar a origem familiar, família de surdos ou ouvintes, e o sentido de pertencimento a uma comunidade surda unida pelo uso da língua de sinais ou pela opção de uso da linguagem falada. Entretanto para dirimir quaisquer dúvidas sobre o tema há a necessidade de respondermos três questões: Qual é o papel da

educação na inclusão de pessoas surdas, Porque o deficiente auditivo se sente excluídos pela sociedade e até mesmo pela propriedade família? E Qual é a contribuição APAE (Associação dos Pais e amigos dos Excepcionais) para alunos surdos?

Mediante as indagações o objetivo geral desse trabalho é compreender como ocorre a Educação para os surdos bem como suas dificuldades e transformações na sociedade. Tendo como objetivos específicos: Desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com alunos surdos em qualquer fase da sua escolarização; Aceitar o aluno sem rejeição; Tratar o aluno normalmente, como qualquer aluno, sem descrição ou distinção; Preparar os colegas para recebê-lo naturalmente, estimulando-os para que sempre falem com ele; Incluir a família no processo educativo e Fornecer capacitação aos professores propiciando um atendimento de qualidade

Para a confecção dessa monografia foi utilizada a pesquisa explorativa, descritiva, bibliográfica e pela internet. Na pesquisa de campo foi feita uma entrevista com perguntas e respostas, tirou-se fotos, e para isto fomos ao local algumas vezes, foram entrevistados, uma pedagoga que trabalha em uma sala multifuncional e um senhor que ao nascer não era surdo, mas que com o tempo ficou, juntamente com seus familiares. A escolha por apenas uma professora, e um aluno com deficiência surgiu devido uma observação feita onde foi possível verificar o quanto é grande o conhecimento e a prática diária desta professora e o quanto é possível aprender com a mesma.

Pode-se observar nestas entrevistas que ainda há muito a se fazer em relação, a inclusão de surdos mais, que já se deu o primeiro passo pela educação. Temos outro grande problema que devemos ter bastante cuidado, de como lidar com a família deste surdo, que muitas vezes não esta preparada, para inserir seu familiar neste mundo.

A partir destes resultados é que foi estruturada esta monografia, com introdução e dividindo-a em capítulos. No primeiro capítulo utilizou-se referenciais teóricos sobre o tema inclusão e onde tudo começou, sendo possível o leitor fazer uma análise clara do assunto em questão. No segundo capítulo é possível observar o que os teóricos relatam sobre educação de surdos, seu percurso histórico e os aspectos estruturais de Libras – Língua Brasileira de Sinais. No

terceiro capítulo far-se a um levantamento sobre o AEE - atendimento educacional especializado para pessoas com surdez e o papel do professor do AEE, no caso o que foi escolhido para a entrevista. Por fim a conclusão e os referenciais teóricos servindo como embasamento para tudo o que for relatado nesta monografia.

CAPITULO I

INCLUSÃO: ONDE TUDO COMEÇOU

A denominada educação inclusiva nasceu nos Estados Unidos pelas mãos da lei pública 94.142 de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais de alunos com deficiência que reivindicaram o acesso de seus filhos com necessidades especiais às escolas de qualidade.

Apesar de todo o respaldo legal, a educação especial e o atendimento os deficientes não se faz apenas por leis. A natureza e finalidades da educação especial são decorrentes de mudanças estruturais na sociedade como um todo que passe a representar positivamente as deficiências, as atitudes de acolhimento as diferenças e as políticas econômicas e sociais de base que tragam condições dignas de vida a população.

A noção de escola inclusiva, em nosso país, toma uma dimensão que vai além da inserção das pessoas com necessidades especiais, pois esses não são os únicos excluídos do processo educacional. Fato constatado que o nosso sistema regular de ensino programado para atender aquele aluno ideal com co-linguístico, motivados, sem problemas intrínsecos de aprendizagem, e oriundos de um ambiente sócio-familiar que lhe proporcione estimulação adequada tem se mostrado incapaz de lidar com o número cada vez maior de alunos que devido a problemas sociais, culturais psicológicos e /ou aprendizagem, fracassem na escola ou na sociedade.

Precisamos ter em mente, que pessoas com necessidades especiais, não são apenas as que têm deficiência mental, visual, auditiva, físico-motora e múltipla; mas também, as pessoas que tem condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, superdotados, trabalhadoras ou que vivem nas ruas; componentes de minorias lingüísticas étnicas ou culturais, entre outras. Portanto a escola e a sociedade deverão estar preparadas para a convivência com os diversos tipos de diversidade.

E cabe, portanto, a escola dar esse suporte à sociedade, mas para que isso aconteça a escola deverá criar ambientes acessíveis aos portadores de deficiência, porém será necessário identificar os diferentes elementos que dificultam

ou impedem a percepção, a circulação, compreensão ou apropriação dos espaços e atividades por parte dos deficientes.

Segundo Rosa (2008 p.197)

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema braile e a língua de sinais.

A política de inclusão escolar, diferente da política da integração que colocava a ônus da adaptação no aluno, implica em todo um remanejamento e reestruturação da dinâmica da escola para receber esses alunos especiais. Na escola inclusiva há de se ter um planejamento individualizado para cada aluno, que recebe dentro de sua própria classe os recursos e o suporte psicoeducacional necessários para o seu desenvolvimento. Ao invés de o aluno ir à sala de recursos, e o suporte psicoeducacional é que vão a ele, em sua classe regular. Isso implica na presença de um profissional especializado acompanhando diretamente o aluno durante a aula e orientando o professor na adaptação curricular e metodológica.

Mudar a escola é mudar a visão sobre o que nela se ensina; é colocar a aprendizagem como eixo do trabalho escolar, considerando que a escola existe para que todos aprendam, mas não podemos perder de vista que só ensinar é o suficiente, pois a escola precisa de uma infraestrutura que possa acolher melhor o seu alunado.

Pois, quando um aluno, com necessidades especiais é recebido no ambiente de aprendizagem, com barreiras físicas e sensoriais que impedem o simples acesso a sala ou a leitura de um texto com autonomia, está instalado um grande fator de exclusão social e não haverá inclusão de fato, baseada unicamente na dedicação e boa vontade dos professores e funcionários, ainda que se desdobrem para que ela aconteça. O ambiente de ensino deve ser coerente com os princípios da inclusão, e espelhe o respeito a estes alunos, por meio do cuidado a instalações, tecnologia e equipamentos aptos a recebê-los sem restrições, num ambiente atento as diferenças

Para Vygotsky (1989)

[...] do mesmo modo que a criança em cada etapa do desenvolvimento, em cada fase sua, representa uma peculiaridade qualitativa, uma estrutura específica do organismo e da personalidade, a criança com deficiência representa um tipo peculiares qualitativamente distintos de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1989 *apud*, PAULA, 2007 p.06).

Portanto, a instituição junto com os professores deve estar atenta para suprir as necessidades de desenvolvimento de cada aluno, trazendo à cena os recursos necessários para que esse processo ocorra.

Mas muitas vezes não estamos preparados, tanto pedagogicamente como psicologicamente para lidar com alunos com diferentes necessidades individuais sobre tudo se elas envolvem deficiências sensoriais ou psicomotoras, ou comprometimentos graves de ordem cognitiva, comportamental e ou de comunicação, pois, para que o professor atue na educação especial deve ter como base a sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos na área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar de atuação nas salas comuns do ensino regular.

Diante do novo paradigma educacional, que traz novos personagens para a escola, com uma riqueza de saberes a serem desvendados, é muito importante que a formação dos futuros profissionais dê conta de estratégias, e alternativas capazes de instrumentá-los para o desenvolvimento de um trabalho profissional competente. Sabemos, por outro lado, que, paralela à competência a pratica do professor muitas vezes é limitada em relação a rotina da escola.

Daí a necessidade de se sedimentar conhecimentos que facilitarão o desempenho profissional, em consonância com o plano pedagógico coletivo da escola. Plano este que precisa dar conta das diversidades existentes hoje, considerando que a escola inclusiva aposta em um currículo centrado no aluno, como forma de ajudá-lo a superar suas dificuldades. O modelo de inclusão convida os profissionais da educação a terem um olhar para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como nos lembra Stanback e Stanback (1999)

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que esta surgindo. (STANBACK E STANBACK, 1999 *apud*, VALLE et al, 2008, p. 125)

A educação especial possui quatro objetivos específicos, que são: respeitar a dignidade da pessoa; direito a oportunidades; direito a liberdade de aprender e ser diferente; direito a felicidade. Partindo desses quatro objetivos, temos clareza da necessidade de oportunizar a inclusão, no qual há diferença entre as pessoas, ou seja, a sociedade é para todos, sendo assim equiparam-se as oportunidades, sendo esses os aspectos necessários para obtermos o sucesso no processo inclusivo.

Em seu conjunto, a legislação brasileira tem uma orientação inclusiva já que aponta que a escola regular é o local preferencial para o atendimento especializado dos alunos com deficiência ou necessidades especiais. Vejamos o que dizem alguns desses documentos legais.

A Constituição Federal de 1988 ressalta no Art. 208 – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96 afirma em seu Art. 58 – “Entendem-se por educação especial, para os efeitos desta lei a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”.

Através do que está descrito é fácil assumir um posicionamento mais crítico com relação a educação inclusiva e as modificações que se atrelam a ela, pois já foram explicitadas as necessidades, a história, a política, enfim, tudo o que da conhecimento sobre o assunto e que leva a refletir sobre o que é melhor hoje para a pessoa com deficiência.

Não resta dúvida que o século XXI será rico em debates sobre questões que possam assegurar a implantação e o desenvolvimento da educação inclusiva, numa perspectiva de que se dê ao longo da vida, que tenha qualidade e principalmente melhore nossa capacidade de vivermos juntos.

CAPITULO II

EDUCAÇÃO DE SURDOS: PERCURSO HISTÓRICO

No ano de 1880 foi realizado um Congresso Internacional dos Professores de surdos em Milão, Itália, para discutir e avaliar a importância de três métodos rivais: língua de sinais, oralista e mista língua de sinais e o oral (Perlin,2008). Baseando se no pensamento de Perlin pode se afirmar que a identidade do surdo começa pelo direito de ser surdo, com suas redundâncias, consequências, diversificações e implicações em construção, pois pode ser transformada frequentemente ou estar em movimento que impulsiona o sujeito a diferentes posições.

Nenhum outro evento na história dos surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrastou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintes, tendo que abandonar sua cultura e possivelmente a sua identidade surda. Por exemplo, houve avanços na visão clínica que faziam das escolas dos surdos espaços de reabilitação de fala e treinamento auditivo preocupando-se apenas em curar os surdos que eram vistos como deficientes e não em educar.

Historicamente as concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdos se fundamentaram em três abordagens diferentes: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo. As propostas educacionais centraram-se, ora na inserção desses alunos na classe comum, ora na classe especial ou na escola especial.

As escolas comuns ou especiais, pautadas no oralismo visaram a capacitação da pessoa com surdes para a utilização da língua da comunidade ouvinte na modalidade oral, como única possibilidade linguística o uso da voz e da leitura labial, na vida social como na escola.

A comunicação total considerou a pessoa com surdez de forma natural, aceitando suas características e prescrevendo o uso de todo e qualquer recurso possível para a comunicação, procurando potencializar as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas do aluno.

Os dois enfoque - oralista e comunicação total - deflagraram um processo que não favoreceu o pleno desenvolvimento das pessoas com surdez, por focalizar o domínio das modalidades orais, negando a língua natural desses alunos e provocando perdas consideráveis nos aspectos cognitivos, sócio-afetivos, políticos, culturais e na aprendizagem.

Por outro lado, a abordagem educacional por meio de o bilinguismo vista capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar a na vida social, quais sejam: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Estudo tem demonstrado que esta abordagem corresponde melhor as necessidades de aluno com surdez, em virtude de respeitar a língua natural e construir uma ambiente propicio para a sua aprendizagem escolar.

A língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual que utiliza movimentos e expressões corporais e faciais que são percebidos pela visão. Assim como diz Fernandes (1998).

A Língua de sinais é uma língua natural, com organização em todos os níveis gramaticais, prestando-se as mesmas funções das línguas orais. Sua produção e realizadas através de recursos gestuais e especiais e sua percepção são realizada por meio da visão, por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial. (FERNANDES, 1998, p.2)

Desta forma, é correto afirmar que a Língua de sinais é uma língua completa, com estrutura independente da língua portuguesa, que possibilita o desenvolvimento cognitivo do surdo, favorecendo seu acesso a conceitos e a conhecimentos e os conhecimentos existentes

Muitas pessoas acreditam que a Língua de Sinais é somente um conjunto de gestos que interpretam as línguas orais. No entanto, pesquisas mostram que essas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade e quaisquer línguas orais. Estas línguas expressão um pensamento complexo e absurdo, pois os usuários da língua de sinais podem utilizá-la para discutir os mais diversos assuntos.

Embora cada Língua de Sinais tenha sua própria estrutura gramática, surdos de países com Libras de Sinais diferentes comunicam-se com mais facilidade uns com os outros, isso de deve a capacidade que as pessoas surdas tem em desenvolver e compreender gestos e pantominas e estarem atentas aos

movimentos e expressões faciais e corporais das pessoas, bem como ao fato dessas línguas assemelharem seus sinais às coisas representadas. As Línguas de Sinais não são universais e existem centenas.

A partir dos vários estudos sobre o estatuto de diferentes línguas de sinais e seu processo de aquisição, muitos autores passaram a investigar o processo de aquisição por alunos surdos de uma língua escrita que representa a modalidade oral-auditiva (Mansanera 2007; Brito 1993; Rosa 2008; Quadros 1997; entre outros). A aquisição do sueco, do inglês, do espanhol, do português por alunos surdos analisada como aquisição de uma segunda língua

Esses educadores e pesquisadores pressupõem a aquisição da língua de sinais como aquisição da primeira língua e propõem da escrita da língua oral-auditiva como aquisição de uma segunda língua. O impacto disso é muito mais significativo do que se imagina. O fato de a língua falada passa a ter uma representação secundária representa também uma inversão. Nesse sentido, capta-se uma das diferenças do ser surdo.

Segundo Mansanera, (2007 p.33)

O desafio maior das escolas seria agora propor uma práxis pedagógica que atendesse as especificidades de cada aluno, pois muitas vezes, não é o aluno que tem dificuldade de aprendizagem ou deficiências: o problema da escolarização se encontra muitas vezes, nas inadequadas propostas metodológicas que se configuram no espaço educacional. A escola precisa refletir sobre sua prática pedagógica, questionar o seu projeto político pedagógica com um olhar crítico, verificando se ele está realmente voltado para a diversidade.

Pensar em uma política pelas diferenças exige um olhar mais atento às especificidade e suas implicações. Mudanças profundas requerem a participação política das pessoas surdas para nos apontar o que significa as diferenças e como elas precisam ser consideradas no currículo. A experiência visual, muitas vezes, relegada a um segundo ou terceiro plano, deve passar a ser o centro das atenções, pois ela é a base do pensamento e da linguagem dos surdos.

2.1. ASPECTOS ESTRUTURAIS DE LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua, ou seja, é a língua materna dos surdos brasileiros composta por 64 configurações de mãos.

Brito (1995), afirma que.

[...] todos os sinais que se incorporam ao léxico utilizam os parâmetros considerados gramaticais e aceitos dentro dessa língua. Isso constitui um dos aspectos que confirmam que a Libras é um sistema lingüístico que constrói a partir de regras, distanciando-a dos gestos naturais e das mímicas que não possuem restrições pra a articulação. Mesmo os sinais com interferência da língua oral, a serem incorporados à língua de sinais, obedecendo às regras e restrições de sua estrutura.(BRITO, 1995, p.36)

Apesar da Língua Brasileira de Sinais ter pouco espaço na questão acadêmica, foi inserida no Brasil através da Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como língua oficial dos surdos, aprovada em 24 de abril de 2002, como meio de comunicação por excelência para a comunidade de surdos. Porém o uso de Libras como meio de comunicação precisa ser implantada nas escolas brasileiras que registram a matrícula de alunos surdos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica no parágrafo 2º do artigo 12 da Resolução do CNE/CEB n.2/2001, definiu que o aluno surdo deve ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

Desta forma o aluno passou a ter direito a mais um componente curricular a língua de sinais. Vejamos a Lei e o Decreto que reconhece e regulamento a Língua Brasileira de Sinais. Sendo, assim, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 decretada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libra e outros recursos de expressão e ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramática própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão e de utilização corrente das comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2° Deve ser garantido, por parte de poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso utilizando corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3° As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços de assistência à saúde devem garantir atendimento a tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo as normas legais em vigor.

Art. 4° O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médios e superiores, do ensino da Língua brasileira de Sinais-Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais-Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2002,1996)

A educação de surdos na perspectiva das políticas públicas estão voltadas para a garantia de acesso e permanência dos alunos surdos dentro das escolas regulares de ensino.

2.2 O PAPEL DO PROFESSOR DO AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

De acordo com ROSA (2008) o professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos, promovendo recursos, meio, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiem no acesso e participação do ensino comum. Seu trabalho vai além do ensino de técnicas, códigos manuseios, treino de uso de recursos que dão suporte a escolarização dos alunos nas turmas comuns e não visam à aprendizagem de conteúdos das áreas curriculares.

A mesma relata em seu livro que trata-se de um professor especializado neste tipo de atendimento, mas que não se confunde com o especialista no sentido usual do termo, porque ele é, antes de tudo, um professor, cujo entendimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, permite que ele integre sua especialidade ao ensino comum sem desfigurá-la. Esse professor pesquisa estuda cada um dos alunos que lhe é encaminhado e decide, organiza, cria, desenvolve

recursos para além do que já existe de suportes de todo o tipo, que possam suprir as necessidades de cada um.

QUADROS (1997) alega que não há um molde pronto para ser aplicado indistintamente aos problemas, às deficiências dos alunos a assim sendo, o AEE desafia a capacidade de o professor especializado encontrar saídas, descobrir o que pode acrescentar ao seu plano inicial de ação, para mantê-lo atualizado e aberto a novos possíveis. Todas as suas atribuições envolvem muita dedicação e em nível de responsabilidade que precisa ser desenvolvido na prática, mas tendo por detrás uma boa sustentação teórica, coerente com os princípios da inclusão e, portanto, com o que se entende por “diferenças na escola” e não com a “escola dos diferentes.”

O mesmo ainda salienta que o Incentivo a novas relações com as diferenças nas escolas ganha força durante os estudos de que antecedem ao atendimento educacional especializado de cada aluno; o professor do AEE reúne dados coletivos dos professores e demais membros da comunidade escolar, que estão direta ou indiretamente envolvidos no caso em estudo e sediados, de preferência, na mesma escola que este aluno frequente. Esse grupo, em que podem estar incluídos pais e familiares do aluno, é chamado a participar de encontros de clarificação do problema na sala de aula ou fora dela, da sua possível solução que serão elencadas para dar início ao o atendimento.

A autora ROSA (2008) concorda com a ideia de quadros e atesta que um bom plano de AEE tem a participação da equipe escolar. Envolver os interessados e diretamente relacionados com os alunos que serão atendidos e os que já estão em atendimento educacional especializado é mais atribuição do professor de AEE. Há os que têm naturalmente a capacidade de trazer as pessoas para a roda de discussão e outros que precisam se esforçar mais, pois é imprescindível a reunião do maior número de informações, opiniões, sugestões sobre os alunos.

Ambos autores relatam a importância da colaboração sistemática dessa equipe no atendimento especializado, visto que isso mexe com os seus membros e é uma oportunidade ímpar que cada um deles tem de rever atividades, valores, comportamentos que são comuns em suas relações com as diferenças e que mantém o caráter excludente da sua organização pedagógica da escola. Quando os professores comuns encaminham seus alunos (para os quais não se acham

preparados para ensinar) aos colegas da Educação Especial, eles entendem que esses alunos diferem dos demais colegas da turma. Assim procedendo, desconhecem as diferenças dos demais alunos e nada muda na escola.

O AEE, sendo um serviço oferecido na própria escola do aluno, beneficia-o em sua formação, por convalidar o que uma instituição inclusiva promove para todos os seus estudantes: “a preparação para a vida pública e cidadã, a construção da identidade, a partir dos confrontos com as diferenças e a convivência com o outro em um único ambiente educacional” ROSA (2008 p.179).

Quando o AEE é realizado na escola em que esse aluno estuda, reafirma o seu papel de oportunizar a inclusão, distanciando esse aluno de centros especializados públicos e particulares, que o privam de um ambiente de formação comum a todos, discriminando-o continuando a tratá-lo à parte dos demais colegas

A política é instigante, quando trata da formação dos professores para a Educação Especial. A formação de professores especialistas em Educação Especial segue, há muito tempo sem um norte, sem nenhuma preocupação por parte do poder público. Já Mansanera (2007 p.33) diz que

As manifestações sobre inclusão consideram necessária uma política que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e a estrutura de funcionamento educativo e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum.

Ainda há poucas iniciativas visando uma formação coerente com o que está posto na Política, embora corram por aí cursos destinados à educação inclusiva, que a confundem com a Educação Especial e mais, na sua concepção substitutiva do ensino comum.

A inclusão propõe uma pedagogia e uma escola das diferenças em contra posição às escolas dos/ para os diferentes, e a nossa Política de Educação Especial, nessa perspectiva, é um passo decisivo para que consigamos chegar à escola que tanto queremos. Vamos em frente que as resistências cederam às evidências.

2.3 AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM SURDEZ

A autora ROSA (2008) relata que o AEE- Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. O atendimento as necessidades educacionais específicas desses alunos é reconhecido e assegurado por dispositivos legais, que determinam o direito a uma educação bilíngüe, em todos os processos educativos.

Com base neste relato observa-se que o AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deva estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumentos de interlocução e de diálogo.

As práticas de sala de aula comum e do AEE devem ser articuladas por metodologia de ensino que estimulem vivências e que levem o aluno a aprender a aprender, propiciando condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdes na abordagem bilíngüe. Vide figura 01



FIGURA 1: Professora da sala de multimídias com aluna deficiente auditiva

FONTE: ZAMBORSKY, E.C, 2012.

Para construir um ambiente de aprendizagem favorável a esse e aos demais alunos, que potencialize a capacidade de pensar de cada um, de questionar e entrar em conflitos com novas ideias, o professor da sala de aula comum de vera buscar recursos e materiais diversificados.

O AEE promove o acesso dos alunos com surdez ao conhecimento escolar em duas línguas: em Libras e em Língua Portuguesa, a participação ativa nas aulas e o desenvolvimento do seu potencial cognitivo, afetivo, social e lingüístico, com os demais colegas da sala comum.

A prática pedagógica do AEE parte dos contextos de aprendizagem definidos pelo professor da sala comum, que elabora um plano de trabalho para desenvolver as atividades complementares com os alunos com surdez.

CAPITULO III

METODOLOGIA

A instituição observada é a Escola Municipal Maria Luiza do Nascimento Silva localizada no município de Aripuanã MT. A mesma atende crianças da Educação Infantil até ao 3º ano do fundamental.

Para a elaboração dessa monografia foi utilizada a pesquisa explorativa, descritiva, bibliográfica e dados da internet. Na pesquisa de campo foi feita uma entrevista com perguntas e respostas, tirou-se fotos, e para isto fomos ao local algumas vezes, foram entrevistados, uma pedagoga que trabalha em uma sala multifuncional e um senhor que ao nascer não era surdo, mas que com o tempo ficou, juntamente com seus familiares. A escolha por apenas uma professora, e um aluno com deficiência surgiu devido uma observação feita onde foi possível verificar o quanto é grande o conhecimento e a prática diária desta professora e o quanto é possível aprender com a mesma.

Pode-se observar nestas entrevistas que ainda há muito a se fazer em relação, a inclusão de surdos mais, que já se deu o primeiro passo pela educação. Temos outro grande problema que devemos ter bastante cuidado, de como lidar com a família deste surdo, que muitas vezes não esta preparada, para inserir seu familiar neste mundo.

Muitas pessoas acreditam que não é possível ensinar um aluno surdo a ler, porém o que esta monografia tem o objetivo de fazer é transmitir a essas pessoas que isso é possível e é realizado na instituição observada Maria Luiza do Nascimento Silva, com ajuda da professora da sala de multimeios, que possui um grande conhecimento sobre o assunto e consegue através da pratica estimular estes alunos e também seus familiares.

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os surdos sonham com espaços em que a língua de sinais seja a língua de instrução em um ambiente cultural e social que favoreça o fortalecimento das

heranças surdas para consolidação de um grupo que se diferencie a partir da experiência visual e então surge o primeiro questionamento.

Mais será que é isso mesmo que está acontecendo? No trabalho de campo constatou-se que a falta de capacitação dos professores se constitui num dos maiores problemas. Segundo a entrevistada “o maior problema é em trabalhar a língua de sinais, eu ainda não sei todos os sinais”(PROFESSORA Y) .

Seria interessante a escola poder contar também com um intérprete, já que tem essa profissional que atende esses alunos na sala de recursos, o intérprete serviria como um canal de comunicação entre surdos e as pessoas que o cercam. Sabemos que a lei é clara e que os municípios já deveriam oferecer este suporte aos professores, porém por falta de profissionais e verbas as escolas encontram inúmeras dificuldades com relação à inclusão.

Em seguida questiona-se a escola tem uma equipe pedagógica que esteja auxiliando você nos trabalhos? Como é esta “ajuda”? Isso é Suficiente? A entrevistada relata que “não dispõe de ninguém que possa ajudar em língua de sinais”. (PROFESSORA Y).

As mudanças estão acontecendo de forma lenta e gradual e os professores devem se adequar a realidade, porém quando se fala em Inclusão de alunos Portadores de deficiência Auditiva, professores já ficam preocupados, pois seu despreparo é notável em todas as instituições de ensino. O professor não está preparado fisicamente e emocionalmente e nem mesmo as instituições de ensino estão preparadas para o recebimento desses alunos, as escolas não tem intérpretes afim de suavizar essa inclusão, mas a lei é clara e objetiva igualdade de ensino a todos.

Na sequência pergunto como são escolhidas as atividades para se trabalhar com esses alunos? E quais os materiais que são utilizados com esses alunos? “Dos livros como, por exemplo, da coleção CIRANDA DA INCLUSÃO e também através de Fichas com os sinais ”. PROFESSORA Y).

Independente da metodologia utilizada pelo professor regente gostaria de deixar claro que a aprendizagem acontece desde o momento em que a criança vem ao mundo, e a participação da família nesse contexto é de suma importância, assim como estar em contato direto com outras pessoas, estar em interação com seu grupo social, vai possibilitar o desenvolvimento de sua história pessoal. Com isso

entende-se que a criança com deficiência auditiva deve ser inserida nas escolas valorizando seu conhecimento de mundo e respeitando seus direitos de cidadão.

Como foi que você começou a trabalhar com esta clientela? Gosta do que faz? Por quê? “Por necessidade, é bom trabalhar por que buscamos mais e assim aprendemos” (PROFESSORA Y). O que acha que deve ser feito para ter um melhor atendimento a essas pessoas? “Cursos e disposições de materiais” (PROFESSORA Y). Esses alunos comentam como é o relacionamento deles com a família? Sim. (PROFESSORA Y).

O que verificou-se até aqui é que para que realmente a inclusão aconteça é preciso buscar atividades diversificadas, materiais didáticos como livros, cartilhas, vídeos, *cd-roms* em *braille* ou com áudio ou em libras, capacitação para os professores, supervisores, coordenadores e também trabalhar com a família.

Quais são as maiores dificuldades que eles enfrentam com a família? Por quê? “Uma das maiores dificuldades é quando a família não aceita a diferença”. PROFESSORA Y).

É preciso desenvolver um trabalho conjunto com a família, professores, pedagogos, fonoaudiólogos e demais pessoas ouvintes que integram a comunidade escolar, pois quanto maior a convivência, sem discriminações maior a inclusão. Ao ingressar na instituição escolar o surdo utilizará a língua portuguesa e através da oralidade o professor possibilitara o acesso ao desenvolvimento da escolaridade. Se possível possibilitar a criança o acesso a Libras a língua brasileira de sinais.

Como é a relação deles, com os outros alunos na escola? São agressivos? Por quê? “Às vezes, porque eles não os entendem”. (PROFESSORA Y)

No entanto, cabe ao educador, compreender e fazer uso da comunicação e também da linguagem que o surdo utiliza para mediar o processo de ensino e aprendizagem, viabilizando assim a relação pedagógica entre professor e aluno e vice versa.

Tem mais dificuldades no aprendizado do que aqueles alunos ditos “normais”? Por quê? “Não depende da oportunidade” (PROFESSORA Y).

O ser humano deficiente não é só uma pessoa diferente, como algumas pessoas querem acreditar, ele é realmente deficiente e tem suas limitações orgânicas ou físicas. O ato de incluir o deficiente deve ser revistos cuidadosamente. Pois todos nós temos direito a uma educação de qualidade.

A maioria deles chega ao ensino médio ou desistem antes? “Depende da família a do incentivo da escola”. (PROFESSORA Y).

Verificou-se também a importância da família na vida escolar deste aluno, pois ele precisa ser instigado a perceber o quanto a informação se faz necessária em seu cotidiano. A qualidade das informações que chegam ao aluno surdo, seja no processo de leitura ou da produção de um texto dependera do estímulo utilizado pelo professor assim como o conhecimento real em que o surdo convive linguisticamente.

Descreva como você vê esses alunos? O que deveria mudar na educação para que eles pudessem exercer totalmente seus direitos? “Vejo-os como outro qualquer apenas com algumas limitações. O professor devera deixar seus medos, pensando que não ira conseguir, porque todos somos capazes só precisamos acreditar. È trabalhar com amor”.(PROFESSORA Y).

O professor peça chave para uma educação de qualidade. Sugere-se que o relacionamento que o professor tem com o aluno ouvinte seja o mesmo que o tem com aluno surdo, sem nenhum preconceito. A escola tem papel fundamental em garantir a integração do aluno surdo, pois é neste espaço que ele poderá se relacionar com um novo mundo onde a língua brasileira de sinais será o canal de acesso na aquisição da linguagem.

Ao prosseguir com a pesquisa buscou-se entrevistar um aluno surdo, afim de que o mesmo possa nos relatar sobre sua vivencia e seus sentimentos perante essa sociedade que exclui, pelo simples motivo de ser diferente, será que a nossa realidade é mesmo assim tão cruel? Futuramente teremos uma escola onde nossos alunos surdos serão vistos e ouvidos?

Vejamos o que uma pessoa com deficiência auditiva nos diz sobre tudo isto.

Qual seu nome? Quantos anos têm? Onde nasceu? “A.C.F.S, tenho 50 anos e nasci em Navirai Ms’. Estuda? Que serie? “Parei na quarta série”(ALUNO A.C.F.S). Quais foram às maiores dificuldades que encontrou na escola? “Eu estudei em escola Particular, parei de estudar por me sentir excluído essa foi a maior dificuldade que encontrei”(ALUNO A.C.F.S).

Até o momento verificou-se que o aluno optou por estudar em escola particular a fim de obter uma atenção diferenciada, porém percebe-se que a

inserção deste aluno com deficiência na sala de aula comum não garantiu ao mesmo uma educação de qualidade, visto que ainda encontra inúmeras dificuldades.

E os professores como trabalhavam as atividades com você? Conseguiu aprender desta maneira? Por quê? “Trabalhavam da mesma maneira que trabalhavam com os outros alunos. Por este motivo sei ler com grandes dificuldades”(ALUNO A.C.F.S)

Muitas das vezes o aluno se sente excluído, mesmo estando em sala de aula, para que isso não ocorra é necessário que se tenha um planejamento individualizado, ou seja, ao invés de o aluno ir a sala de recursos, a sala de recursos viria até ele, isso implica num profissional especializado acompanhando diretamente o aluno durante a aula e orientando o professor na adaptação curricular e metodológicas.

Qual é a sua profissão? Você gosta do que faz? Sofre algum preconceito onde trabalha? “Trabalho em serviços gerais/beneficiamento de madeiras, parece que ninguém tem preconceito comigo” (ALUNO A.C.F.S) Foi fácil conseguir o primeiro emprego? “Sim. Um vizinho me ajudou, foi na cidade de Lavrador na prefeitura”. (ALUNO A.C.F.S).

O mesmo atesta que no local onde trabalha não encontrou pessoas que o discriminasse, isso nos deixa contente, pois estamos passando por um período de mudança, e para que isso realmente aconteça de maneira prazerosa é necessário a colaboração da sociedade, alunos, professores, associação de pais, instituições educativas de assistência a criança portadora de deficiência e cidadãos em geral, se unam na luta pelo direito a uma educação de qualidade a todos.

Nasceu surdo? Com quantos anos ficou surdo e como isso aconteceu? “Não. Fiquei surdo aos 5 anos e não gosto de usar aparelho” (ALUNO A.C.F.S) Tem dificuldades para se comunicar com a família? E com outras pessoas? “Sim. Muita dificuldade” (ALUNO A.C.F.S) O sinal que usa para se comunicar com sua família é libras ou sinal caseiro? “São gestos caseiros não sei sinais de libras” (ALUNO A.C.F.S)

Através destes questionamentos percebe-se que é preciso respeitar a individualidade, para que o sujeito tenha uma aprendizagem igualmente

qualitativa. É através da libras ou seja, do espaço visual, que o surdo interage e interpreta o mundo a sua volta, neste sentido faz-se necessário utilizar-se dos meios ou seja, da realidade do aluno para alfabetizar, indo além da memorização do sistema alfabético e do processo mecânico de interpretar códigos.

Descreva como é sua vida com a família e a sociedade em geral? “Minha família tem dificuldades para se comunicar comigo, meus pais não fazem gestos, eles conversam comigo, então, fico muito nervoso com isto, e depois vou perguntar a outras pessoas o que eles falavam”. (ALUNO A.C.F.S)

Pelo que observamos nestas entrevistas o sonho de uma escola verdadeiramente inclusiva, e uma sociedade sem preconceitos, onde todos os direitos seja de fato verdade, ainda está um pouco distante de acontecer, mas como educadores Jamais perderemos a esperança

Portanto, deve-se ter mais atenção/cuidado com a educação de nosso país, não é algo impossível mais precisa-se de escolas especializadas onde nossos alunos especiais tenham uma verdadeira educação inclusiva.

CONCLUSÃO

A inclusão escolar implica uma ressignificação das práticas de ensino comum e de ensino especial. Só há razão de os alunos com deficiência, receberem o atendimento educacional especial especializado se eles estiverem participando, ativamente dos espaços comuns a todos.

É preciso discernir as atribuições do ensino regular das do especial e lembrar que a inclusão não nega a importância de nenhum deles. Os professores do AEE não são responsáveis pelo ensino escolar, tampouco os professores do ensino regular o são pelo ensino especializado. É a educação especial- entendida como atendimento educacional especializado- que garante as condições de o aluno com deficiência freqüentar a escola comum.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é rica e dinâmica e seus movimentos são singulares e complexos. Neste sentido, é preciso mergulhar nesta nova lógica e percorrer caminhos ainda não percorridos e inusitados.

Precisamos criar práticas emancipadas nas tramas do cotidiano, enredadas com o fazer pedagógicos e a formação dos professores, que vai além da formação transmissiva e das respostas prontas, constituindo múltiplas redes de trabalho que vão além do esperado, além do sugerido. É preciso doses de ousadia, inovação e determinação.

Com efeito, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva é uma ação que exige um forte compromisso de todos os que compõem os sistemas de ensino.

Vale ressaltar a importância da família na vida escolar dos deficientes, temos que pensar com mais carinho na educação inclusiva, pois cada um aprende dentro do seu limite, suas possibilidades e com muita vontade de poder participar do processo ensino aprendizagem, não como um ser diferente, mas como um ser humano cheio de qualidades e vontade de aprender.

Buscou-se através desta monografia mostrar as pessoas o quanto é importante a inclusão, e como podemos enquanto educadores ajudar para que ela realmente aconteça de maneira prazerosa, pois ser diferente é normal, todos nós temos diferenças. Aprendemos uns com os outros através de nossas diferenças,

buscamos nos apoiar no próximo, pois somos irmãos e a lei é clara temos direito a educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15599: 2008. Acessibilidade-Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR15599.pdf>. Acesso em: 20 Mai, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 20, Mai, 2009.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Constituição da República Federal do Brasil, São Paulo: Editora Saraiva 1998.

BRITO LUCINDA Ferreira. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filosofia, 1995.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos**. Rio Janeiro: Editora Babel, 1993.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?** Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1998.

MANSANERA, C. de Q.; NUNES, L. de S. LIMA, V., S. **Políticas estratégicas de educação Inclusiva**. In: Cadernos de Conteúdos e Atividades do curso de Normal Superior. Palmas, TO: UNITINS, 2007.

PERLIN, Gladis. **Educação Bilíngüe para Surdos: identidades, diferenças, contradições, e mistérios**. Tese de doutorado, Curitiba: UFSC, 2008

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROSA, Suely Pereira da Silav; DELOU, Cristina Maria Carvalho; Oliveira, Eloíza da Silva Gomes de / **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 320 p.

STANBACK, S.; STANBACK, W. **Inclusão: Uma guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, L. **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANEXO 1

Entrevista com a professora da sala de multimeios

1. Quais são os problemas que você mais enfrentou ou enfrenta, para se trabalhar com alunos surdos?
2. A escola tem uma equipe pedagógica que esteja auxiliando você nos trabalhos? Como é esta “ajuda”? Isso é o suficiente?
3. Como são escolhidas as atividades para se trabalhar com esses alunos?
4. Quais os materiais que são utilizados com esses alunos?
5. Como foi que você começou a trabalhar com esta clientela? Gosta do que faz? Por quê?
6. O que você acha que deve ser feito para ter um melhor atendimento a essas pessoas?
7. Esses alunos comentam como é o relacionamento deles com a família?
8. Quais são as maiores dificuldades que eles enfrentam com a família? Por quê?
9. Como é a relação deles, com os outros alunos na escola? São agressivos? Por quê?
10. Tem mais dificuldade no aprendizado do que aqueles alunos ditos “normais”? Por quê?
11. A maioria deles chega ao ensino médio ou desistem antes?
12. Descreva como você vê esses alunos? O que deveria mudar na educação para que eles pudessem exercer totalmente seus direitos?

ANEXOS 2

ENTREVISTA COM UMA PESSOA SURDA

1. Qual seu nome? Quantos anos você tem? Onde nasceu?
2. Estuda? Qual serie?
3. Quais foram às maiores dificuldades que encontrou ou encontra na escola?
Por quê?
 1. Os alunos tinham preconceitos com você? Como conseguiu superar isso?
 2. E os professores como trabalhavam as atividades com você? Conseguia aprender dessa maneira? Por quê?
 3. Qual é sua profissão? Você gosta do que faz? Sofre algum tipo de preconceito onde trabalha? Quais são eles?
 4. No trabalho seus amigos o tratam de uma maneira diferente dos demais? Porque você acha isso?
 5. Foi fácil conseguir o primeiro emprego? Alguém o ajudou?
 6. Nasceu surdo?(se não, perguntar com quantos anos ficou surdo e como isso aconteceu?).
 7. Tem alguma dificuldade, para se relacionar com sua família devida sua surdez? E com outras pessoas da sociedade? Por quê?
 8. O sinal que usa para se comunicar com sua família, são libras ou sinal caseiro, aquele que se aprende com os familiares?
 9. Descreva como é sua vida com a sua família e a sociedade em geral. Como deveria ser o atendimento a pessoas com algum tipo de mobilidade? O que deve melhorar em sua opinião para que vocês sejam vistos como todos os cidadãos com direitos e deveres?

